

Totalitarismos como regimes de guerra.

Prof.Fernando Kolleritz
Unesp.Franca.

A guerra de 1914 tem para a história do século XX o mesmo caráter matricial que a revolução francesa tem para o século XIX. François Furet.

Le totalitarisme est un concept abstrait, la réalité historique une totalité concrète,mouvante et plurielle. Enzo Traverso.¹

Nesta comunicação, ao invés de ponderar sobre a legitimidade do uso do conceito de totalitarismo entrando em discussões que acabam classificatórias (um mesmo quadro para o comunismo realmente existente, o fascismo e o nazismo?), gostaríamos mais de insistir sobre uma das características que estes regimes têm em comum: o de poderem ser considerados regimes de guerra, isto é, ao mesmo tempo oriundos da guerra e em permanente estado de guerra. As referências e citações que nutrem este texto constituem um quadro de exploração, ainda que bastante incompleto, para constituição, em termos histórico-conceituais, da relação guerra/regimes totalitários.

São numerosas as fontes apontando para a proximidade entre dimensões sócio-políticas do que se poderia chamar de “regimes de guerra” (de mobilização total) e os regimes ditos totalitários. Em recente antologia sobre o conceito de totalitarismo, partindo dos escritos de autores de prismas ideológicos diferentes e acompanhando o nascimento da noção até seu desenvolvimento em nossos dias, Enzo Traverso escreve em sua apresentação: “Esta guerra {a de 1914-1918} marca o início de uma brutalização da vida política que moldaria em profundidade o imaginário de uma geração.” (p.10) e um pouco além: “ A idéia de totalitarismo se forja e evolui neste contexto de guerras, tanto abertas, quanto surdas e abafadas, cujo espírito de cruzada não abandona jamais os adversários, mesmo quando as armas se calam.” (p.10)

Há de se notar, em primeiro lugar que o termo totalitário nasce acoplado ao de guerra. De modo paradigmático, Mussolini apresentava o seu jornal o Popolo d'Italia como o “cotidiano dos combatentes e dos produtores”; exaltava-se assim no fascismo triunfante

uma cultura do heroísmo e do risco, verberando-se o gosto pequeno-burguês do dia-a-dia caseiro, dos pequenos confortos domingueiros. As citações do Duce são mais do que eloqüentes: “Tutta la nazione deve essere militarizzata [...] Nella vita la felicità non esiste. [...] Io considero la Nazione italiana in stato permanente di guerra.[...] Vivere è per me la lotta, il rischio, la tenacia, [...] Il fascista disdegna la vita comoda.[...] Il credo del fascismo è l'eroismo.” (p.344) ²

Fomento popular e ativismo belicista vão de par. Mussolini cuida de não separar a idéia da revolução da renovação nacional. Ele e Lênin têm a mesma certeza que a guerra servirá a sua ação. A Nação imperiosa, redentora e exaltante vitaliza o socialismo do *fascio*. “O fascismo italiano é o filho da guerra mais diretamente do que qualquer outro regime ditatorial daqueles anos”, lê-se no *Passado de uma Ilusão*. (p203).³ O Itinerário do movimento é inseparável da guerra e seus procedimentos são estendidos à política.” Antes mesmo de ser uma doutrina, o fascismo é um partido para-militar, secundado por organizações armadas. Os “arditi”, esses grupos de choque do exército italiano, formados em um espírito de aristocratismo guerreiro, habitam os primeiros “feixes” desde a sua fundação, na primavera 1919.” (id.p.204) A política fascista é simples como a guerra e sabe estender ao compatriota a categoria de inimigo. Perceba-se no movimento uma energia pequeno-burguesa e plebéia, anti-socialista e também anti-burguesa, anti-elites parlamentares, que revestida dos valores da guerra importa na política os valores da guerra e onde a força tem precedência sobre o direito; há tempo as ideologias socialistas - desde o sindicalismo revolucionário -reverberam a legalidade jurídica burguesa.

Lembremos outra personalidade autorizada, a de Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler: após os primeiros revezes dos exércitos alemães diante de Stalingrado e de Moscou, em discurso pronunciado face a seletos públicos SS, o ministro grita para a platéia a pergunta memorável: “você quer a guerra total?”; mulheres e homens uniformizados, cruz gamada no braço, levantam-se, aplaudem uivando seu apoio entusiasta. A guerra muda de caráter para os alemães e a solução final começa a ser incrementada, dupla face de esforços ingentes.

Existe, de 1936, um texto bastante significativo escrito pelo historiador liberal francês Élie Halévy, *l'Ère des Tyrannies*.⁴ *Études sur le socialisme et la guerre*. A tese do autor já firmou tradição: pretende mostrar que as modalidades sócio-econômicas de engajamento de aliados e adversários na Primeira Guerra Mundial moldaram os aspectos essenciais do sistema em que irão ingressar. Do ponto de vista da economia a estatização dos meios de produção, troca e distribuição permanecerá como fora durante o conflito; haveria igualmente um recurso às milícias operárias para que contribuam para o esforço de

incremento econômico global (daí, a influencia sindical, corporativista ao mesmo tempo que o reforço estatal). Do ponto da vista intelectual, Halevy remete à estatização do pensamento”, de caráter repressivo por um lado (coibindo a liberdade de expressão), mas suscetível de “organizar o entusiasmo” pelo outro. “É este regime de guerra muito mais do que a doutrina marxista que origina todo o socialismo do pós-guerra”. (p.173). Constitui um paradoxo ímpar que muitos tenham entrado em socialismo porque enojados da guerra, e que tenham contribuído a fortalecer as mais poderosas e sistêmicas máquinas de guerra que se poderia imaginar. De qualquer modo, o primeiro comunismo – bolchevique- é um comunismo de guerra.e foi inaugurado por um grupo de homens armados, animados por uma fé comum, que decretaram ser, eles próprios, o Estado. (P.173-174).

Em título significativo – A Filosofia totalitária da Guerra -, texto de 1939, Hans Kohn opõe a compreensão liberal do significado da palavra guerra a este construído pelos movimentos comunistas e nazi-fascistas, que chama de totalitários.⁵ Os liberais operariam optando por uma ordem mundial sem guerra; nessa concepção, os conflitos bélicos não significam nada mais senão o resultado de uma ordem social e política, hoje insuficiente, que um dia poderia e deveria ser ultrapassada pela aplicação racional dos homens. Ao contrário, a “filosofia totalitária” faz da guerra a realização de toda vida, “uma manifestação suprema da vitalidade e da virtude, uma parte dominante e inalterável do sistema em seu conjunto”.(p.340) Outra idéia do homem e da natureza jaz no fundamento destas interpretações díspares quanto à essência dos conflitos bélicos.

De certo modo a palavra guerra teria mudado seu sentido; afora algumas exceções (como a de Esparta), sempre teria sido relacionada ao anormal, a um recurso último e solução extrema. Sob influencia do humanismo estóico, do cristianismo e de éticas racionais, “A política era a arte de evitar a guerra”; esta última significava para o homem de Estado o despedaçamento da diplomacia e da ordem civil. “Entretanto, no curso destes últimos anos, o fascismo erigiu a guerra em norma da existência, cessando de considerá-la como uma aberração causada por uma insuficiência moral e intelectual, tomaram-na antes, como apogeu das energias vitais e éticas do Homem, assim revelado sob forma desabrochada”. (p.338). O conflito bélico deixa de ser uma coisa estritamente circunscrita e limitada, a fronteira entre paz e guerra se apaga, tudo participa da guerra potencial ou real, e tudo da mesma maneira pode ser qualificado de paz. Se há exemplos numerosos de monarcas e homens de Estado que tenderam a fazer da guerra um meio de vida para si e para os seus povos, a filosofia totalitária da guerra é ainda outra coisa. Ignora e despreza os benefícios da vida tranqüila e cotidiana, faz troça do conforto da segurança. (p.338-359)

A violência como parteira necessária da História, uma História representada como se talvez nunca pudesse vir a se pacificar antes de atingir fins últimos, só alcançáveis com o redobrar de forças cada vez mais incandescentes. Clamar pelo uso da violência como necessidade justa, aderir à história sob espécie de violência triunfante, este tipo de tentação que ratifica o acontecimento, que faz do juízo da História o juízo racional; por definição será um juízo racional em constante revisão pois que na dependência da realidade efetiva, manifestará uma racionalidade errática que se pretende sabedoria realista ao mesmo tempo que ontológica. Trata-se por estes pressupostos de filosofia historicista de acertar ou consertar entre si a justiça e a guerra onde a luta é o meio de realização do certo. Clamar pela guerra total e pela luta impiedosa contra o inimigo de classe, eis o que se fez discurso para as massas, mas que a doutrina já continha como seu cerne: motor da História, a luta violenta por onde a Humanidade do proletariado realizar-se-á e os povos italianos e alemães, ressuscitando o passado, conquistando seus espaços históricos e vitais, imperiais, atingirão seu fim.

Disse-se algumas vezes, discutindo o conceito de totalitarismo, que comunismo e nazismo comungam apenas da sua respectiva oposição ao individualismo e ao pluralismo liberal. Há mais do que isso. Em ambas as concepções, a História manifesta domínio: imposição de povos sobre outros, de classes sobre outras. Com Stalin, o socialismo tornou-se antes de tudo uma geo-política, o universalismo afirmado na ideologia da classe operária deixou de ter significado e abriu espaço às práticas estratégicas da URSS baluarte do socialismo. O Primeiro Secretário está interessado em forjar potência em detrimento de outras potências, a identidade da formação social singular soviética se faz valer.

Hans Kohn é um dos primeiros a lembrar, neste texto de 1939, referindo o *Mein Kampf* e ao *Declínio do Ocidente*, o caráter nihilista desta filosofia da força – manifestação vital e privilegiada da natureza cujo critério único é o do êxito.⁶ No caso nazista, a contestação da medida universalizante como marca do civilizatório vem desde o princípio; a essência do real é a particularidade da nação, concentração de energia política, econômica e cultural, moldada para o enfrentamento. “Cada um é um inimigo potencial e cada inimigo torna-se um inimigo total. A existência, no seu conjunto, é sempre eclipsada pela guerra. O exército torna-se um modelo de vida e seu coletivismo, erroneamente assimilado a um socialismo expande-se por todos os domínios da ação humana”. (P.342). O político assumiu o lugar do econômico, mas de uma política que é sempre de emergência. Percebe-se aqui o essencial: se as guerras deram nascimento aos regimes totalitários, estes por sua vez entretêm a guerra, fazem do terror e da liquidação do inimigo seu traço potencial ou imaginário seu traço prioritário.

F. Furet, em *O Passado de uma Ilusão*, refere-se a tiranias cuja cronologia natalícia ordenava em três datas: 1917, 1922 (Ascenso do fascismo ao poder, 1923 (putsch fracassado de Hitler) que “faz supor uma comunidade de época entre as paixões levantadas por estes regimes inéditos, que fizeram da mobilização política dos antigos soldados a alavanca da dominação sem partilha de um só partido”. (P.194).⁷

Os regimes não se assemelham apenas pelo que combatem em comum. Bolchevismo e fascismo nascem de um mesmo solo, a guerra. “São filhos da mesma história.” O bolchevismo pôde radicalizar as paixões políticas. “Filhos da guerra, bolchevismo e fascismo herdam dela o que possuem de elementar”. Transportam para a política o aprendizado recebido das trincheiras: o hábito da violência, a simplicidade das paixões extremas, a submissão do indivíduo ao coletivo, enfim a amargura dos sacrifícios inúteis ou traídos.” De fato, é nos países perdedores ou frustrados pelas negociações de paz que os movimentos totalitários do início do século passado grassaram.

Introduzindo na ordem política o número, as massas convocadas para servirem e defenderem a Nação, para oferecerem suas vidas à pátria, nacionalizadas pela guerra, integradas e organizadas para servirem as novas tecnologias trazem, bem ou mal, caráter revolucionário aos novos regimes. Furet desenvolve o tema apaixonante da relação estabelecida a partir do séc. XIX entre nação e democracia, elo histórico que P. Nora também destacou. A lógica do Estado-nacional, via engajamento cada vez maior das massas na grande História, entroniza por vias inesperadas a democracia. Abriu-se uma lógica de enfrentamentos entre nações, de guerras que seriam ditas totais e totalitárias porque engajam todas as energias de todos os indivíduos, homens e mulheres e até crianças. “A guerra expandiu em todo lugar o duplo costume da violência e da passividade. Deu aos povos europeus a pior das educações políticas no momento onde mobilizava em seu proveito até o último cidadão. A Revolução russa se inscreve nesta situação. Tudo conspira a favor dela: as derrotas militares, o enfraquecimento institucional do Estado, as debilidades do Governo provisório”. (p.208)

O autor partilha do sentimento de outros historiadores ao se referir à perda das regras civilizatórias que acertavam as instituições na Europa do séc. XIX e ressalta o ardor das molas passionais deste século radicalmente ideologizado: “poderosas e universais” como nunca. “O ódio ao dinheiro, o ressentimento igualitário ou a humilhação nacional”: paixões ao mesmo tempo partilhadas e manipuladas pelos chefes encontram vasta ressonância nas massas. Assumido o tom doutrinal do bolchevismo e o fascismo, a política “torna-se cada vez mais elementar, em primeiro lugar porque transforma as idéias em crenças, em segundo porque todos os meios servem, a começar pelo engodo e pela

assassinato, erigidos em virtudes cívicas. Mata-se um cidadão como na guerra. Basta que pertença à classe errada ou ao partido oposto. A denúncia da mentira da legalidade formal desemboca sobre o exercício “real” do poder arbitrário e do terror. Aquele que detém o poder se auto-investe, de modo imediato, do direito de designar o adversário que é preciso exterminar”. (p. 208)

Não só ao substantivo guerra acopla-se o adjetivo total, também ao de mobilização. E a palavra se transforma semanticamente, de modo perfeito, do estado de guerra efetiva para o das formações sociais totalitárias; de fato, estas mobilizam para ouvir em comícios e desfiles, em paradas e festejos, os discursos dos líderes partidários, mobilizam para fazer parte de *campanhas* (toda sorte de campanhas: recolher ouro e divisas, dar parte do seu salário e horas gratuitas de trabalho para o socialismo, matar todas as moscas que infestam o campo chinês e todos os ratos que pululam nas ruas de Moscou), mobilizam sobretudo para a produção, para um esforço produtivo intenso e que seja ao mesmo tempo exemplar. O célebre texto de Ernst Junger, intitulado a *Mobilização Total* partia também da referência à Primeira guerra mundial, o grau de requisição que exigiu faz dela um acontecimento que ultrapassaria em importância a Revolução Francesa.⁸ Em contraste, as guerras tradicionais, quando bastava mandar algumas centenas de milhares de súditos confiados a um comando seguro para uma batalha cujo desfecho deveria deixar a população mais ou menos indiferente. (P113). A mobilização parcial correspondia à monarquia: o rei temendo perder demais dos seus bens pessoais, alguma parte substancial do seu tesouro e do seu patrimônio, fazia questão de manter controle sobre o custo da guerra e geria o conflito sem perder de vista o cálculo, este sim estratégico, das perdas e ganhos. Junger, cuja reflexão é toda orientada pela especificidade da última guerra mundial, pelo surto industrial e tecnológico acompanhado de centralização e planejamento estatal, neste texto de 1930, lembra que a defesa armada do país deixou de ser a tarefa de parte ínfima da população para se tornar obra de todos aqueles capacitados para carregar armas. O volume dos recursos investidos no novo tipo de guerra não possui mais limites e “requisiciona-se até o mínimo centavo para manter a máquina em marcha”. (p.115) Mais do que a imagem de uma ação armada desdobra-se a de um “gigantesco processo de trabalho”. As novas sociedades procedem à “exploração total de toda energia potencial que canalizaram para a guerra em 1914”. Com esta, modifica-se, de um só golpe, a estrutura da divisão do trabalho; a mobilização total liga uma rede produtiva já extremamente complexa e diversificada à rede de alta tensão que conduz o conflito militar.

O nexos do argumento, entretanto, reside em perceber a imposição ampliada do modelo guerreiro de organização e convocação à ordem pública do estado de paz. Em vários Estados deste pós-guerra, escreve E. Junger, os métodos gestionários já se conformam

ao modelo de mobilização total. É neste âmbito que se devem ler as restrições às liberdades individuais “cuja meta é fazer desaparecer tudo o que *não for* engrenagens do Estado, efetivas na Rússia e na Itália em primeiro lugar, mas entre nós também...” (P.117). Desde já é possível imaginar que todos os países que quiseram desempenhar algum papel no cenário mundial deverão por sua vez radicalizar as restrições aos direitos. Assim, na França, analisam-se as relações de força atuais, mas também tomam-se em conta a *energia potencial* dos rivais, os Estados Unidos exemplificam bem a aproximação entre estados-maiores e indústria. (PP.113-117).

Importa ver igualmente, argumenta o autor, que a vertente técnica da nossa existência não é o essencial, o seu aspecto decisivo reside na “disponibilidade a ser mobilizado”. Podemos talvez traduzir assim: as populações (poeira atomizada de contribuintes-soldados-eleitores-cidadãos) estão disponíveis não só frente ao Estado mas *para a* potência soberana estatal e esta instância soberana possui os meios de entusiasmar os indivíduos, conformando-os em massa.

A novidade do totalitarismo na história da civilização é que alcança a massa de modo a reforçar o poder. “O eixo destes novos regimes não era nem a casta militar nem as antigas elites aristocráticas, mas as massas constantemente mobilizadas e enquadradas pelos meios de comunicação os mais modernos.”⁹

Regimes com dimensão plebéia incontestes, presente inclusive em sua direção (Mussolini, Stalin e Hitler), regimes geracionais dispendendo da juventude, regimes cuja próprio caráter mobilizatório desenvolve em correlato a indiferença crescente das massas face ao religioso: nestes traços todos acusa-se uma exortação ao respaldo popular, uma interpelação maciça constante.

Uma das novidades do totalitarismo advém da sua exaltação da potência e da força, que já não são meios para algum fim, mas um fim em si (Hayes, p335).¹⁰ A ideologia integrou a violência e dependeu das massas e do seu entusiasmo. O poder firma, encarnando-a, esta junção. É poder violento em dependência das massas. Discursos e vocábulos reivindicam a força; o proletariado está em combate de vida e de morte contra o capitalismo e a burguesia, suas razões se consagram na História, tem obrigação de ser forte para ter razão; assim, em ato, vê-se liquidada toda a metafísica ocidental. A paciência histórica ou a prudência política vêm a representar vício e o progresso consiste na dependência de uma luta pela existência e pelo espaço vital. (p.335).

“O fato é que se invoca, exaltando-a, a força bruta tanto no que concerne a política interior quanto a política estrangeira do Estado totalitário. A força contra os judeus e os cristãos! A força contra os Tchecos e Albaneses, os Poloneses e os Finlandeses. A exaltação da força e do terrorismo não equivale simplesmente a doutrina imoral segundo

a qual os fins justificam os meios. Equivale a uma recusa completa de toda lei moral superior à potência dos ditadores”. (p..336)

H. Arendt já o fez observar, em paginas fortes: a moral, como laço social ou como forma de reconhecimento, não possui lugar quando a direção política e a Lei/Movimento de História se confundem. Neste momento, a moral consiste toda em manter firme o curso histórico que a tomada do poder revolucionário inaugurou. Mas a *totalidade* que a vontade política pretende conformar para inaugurar os novos tempos tem que destruir obstáculos e inimigos. Seu curso assim se caracteriza pela necessidade da violência, pois, a liquidacao dos inimigos mantém, só ela, a fantasmagoria totalitária, simbolizada na unidade social, encarnada na unidade partidária, incorporada na figura una do Chefe.¹¹

São Paulo, 30 de maio, 2005.

¹ Enzo Traverso. *Le totalitarisme. Le XX ème siècle em débat*. Paris: ed. Seuil, 2001. As numerações de paginas correspondem em sua maioria a esta antologia..

² Benedito Mussolini, *Sritti e discorsi*, cit. in Hans Kohn, “La philosophie totalitaires de la guerre”, trad. De The Totalitarian Philosophy of War” comunicação apresentada em simpósio sobre o Estado Totalitário, publicada inicialmente em Proceedings of American Philosophical Society, Vol.82, no.1, fev 1940, p.57-72.

³ François Furet. *Le passé d’une illusion. Essai sur l’idée communiste au XXème siècle*. Paris: Robert Laffont/Calmann-Lévy, 1995.

⁴ Elie Halévy. *L’ère des tyrannies. Études sur le socialisme et la guerre*. Paris: Gallimard, 1938

⁵ Hans Kohn. Op.cit.

⁶ Adolf Hitler. *Minha Luta*. São Paulo: ed. Centauro, 2003. Oswald Spengler . Der Untergang des Abendlandes, C. H. Beck. Munich, 1922, vol. II, p. 635.(Le déclin de l’Occident. Esquisse d’une morphologie de l’histoire universelle. Gallimard, Paris, 1948).

⁷ F.Furet, op. Cit. Cap. “Comunismo e fascismo”, pp.194-210.

⁸ Ernst Junger. “La mobilisation totale”, trad. do alemão e recolhido em L’État universel suivi de la Mobilisation totale. Paris: Gallimard, 1990. Editado como introdução à obra coletiva *Krieg und Krieger* por E.Junger.

⁹ E. Traverso, op. cit, em comentário ao texto de Carlton J. H. Hayes. p.324 da antologia.

¹⁰ Carlton J. H. Hayes. “La nouveauté du totalitarisme dans l’ histoire de la civilisation occidentale” (1939), trad. de “The Novelty of Totalitarianism in the History of Western Civilization”, Proceedings of the American Philosophical Society, vol. 82, no 1, fev.1940, p.91-102.

¹¹ Claude Lefort. A invenção da democracia. Os limites do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.